

Práticas de inclusão social: Minimizando desigualdades socioeconômicas no contexto da sociedade da informação¹

Ana Karolina Alves Amorim²

Resumo

A sociedade brasileira tem a impressão de que conhece suas desigualdades sociais e atribui ao tempo a responsabilidade por tais desigualdades. Entretanto, essa perspectiva constitui um tipo de “violência simbólica”, termo cunhado por Pierre Bourdieu, para designar a dominação de uma classe sobre a outra. Este estudo tem por objetivo problematizar a “violência simbólica” quando associada somente ao viés econômico, de modo a debater a inclusão social por meio do acesso ao também conceito bourdiesiano de “capital cultural”, sobretudo em autênticos lugares de apropriação da memória local, como é o caso das bibliotecas públicas. Para tanto, realiza-se uma revisão de literatura através dos estudos do sociólogo Jessé Souza, e autores da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Se pretende refletir a gênese da desigualdade brasileira e se discutir a imprescindibilidade de profissionais que promovam a “alfabetização informacional” quando atuando de modo engajado para “dar voz” a comunidades desprivilegiadas.

Palavras-chave: Inclusão social. Sociedade da informação. Violência simbólica. Capital cultural. Bibliotecas públicas.

Practices of social inclusion: minimizing socioeconomic inequalities in the context of the informational society

Abstract

The Brazilian society has the impression that knows its social inequalities and assigns to time the responsibility for such inequalities. However, this perspective constitutes a type of "symbolic violence", term coined by Pierre Bourdieu, to designate the domination of one class over the other. This study aims to problematize "symbolic violence" when associated only with economic bias, so as to discuss social inclusion through access to the bourdiesian concept of "cultural capital", especially in authentic places of appropriation of local memory, as is the case with public libraries. For both, a literature review through the study of the sociologist Jessé Souza, and the authors of Librarianship and Information Science. It intends to reflect the genesis of Brazilian inequality and to discuss the indispensable of professionals who promote "informational literacy" when acting in an engaging way to "give voice" to underprivileged communities.

Keywords: Social inclusion. Informational society. Symbolic violence. Cultural capital. Public libraries.

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto explora a relação entre desigualdade e aquisição de “capital cultural” (BOURDIEU, 1989), enfatizando que a construção histórica da pobreza no Brasil é oriunda de processos e agentes que se valem do economicismo – ordem liberal dominante –, para justificar a dominação de algumas classes sociais sobre as outras. Convergindo com premissas bourdieusianas, Souza (2011) aponta, dentre outros aspectos, para a lógica economicista e patrimonialista segundo a qual o mercado ideologicamente se apresenta como fonte de virtude e o Estado como fonte de corrupção. Nessa direção, as causas da desigualdade não estão associadas simplesmente ao capital econômico, mas se somam à aquisição de “capital cultural” e os “valores imateriais” adquiridos muitas vezes no seio familiar. A ausência desses valores possibilita a manutenção da “violência simbólica”, que produz de um lado riqueza abundante e do outro “desigualdade abissal” (SOUZA, 2011).

Minimizar as desigualdades socioeconômicas no Brasil implica compreender os processos históricos que resultaram na ordem economicista, sobretudo os que concernem à formação da tradição sociológica que a legitimam. Convém também analisar os efeitos dessa ordem nas classes sociais claramente definidas, com enfoque na classe média e no que o autor define como “ralé estrutural”. Por fim, se pretende discutir um estudo de caso em uma comunidade socialmente excluída, levando-se em consideração as mudanças trazidas pela sociedade da informação e a contribuição dos novos suportes informacionais.

Assim sendo, o texto se divide em três seções centrais que antecedem as considerações finais: a primeira, dedica-se a examinar a construção da identidade brasileira sob o viés economicista. A segunda analisa a tese do personalismo/patrimonialismo fundado por Sérgio Buarque de Holanda e atualizado por autores como Roberto da Matta e Alberto Carlos de Almeida, que autenticam com o crivo da ciência a perspectiva economicista. As seções 1 e 2 partem da análise de capítulos da obra *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2011) de Jessé Souza, predominantemente. E, finalmente, a terceira propõe a reflexão sobre a imprescindibilidade de se pensar práticas de inclusão social como meio de viabilizar o acesso a “capital cultural”, exemplificada com um projeto na comunidade Quilombola de Santana (Rio de Janeiro), descrita por Nathália Lima Romeiro e Daniela Spudeit (2018). Considera-se também a contribuição de outros autores da

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

Biblioteconomia e Ciência da Informação na elucidação dessas práticas em um contexto dinâmico como é o da sociedade da informação, indispensáveis à “alfabetização informacional” do cidadão e seu empoderamento social.

1. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

A metamorfose, por assim dizer, de valores morais e espirituais da realidade de determinada sociedade, constitui, na percepção de Souza (2011), um mito. Essa é a forma moderna pela qual produz-se a “solidariedade coletiva”, responsável pela construção da identidade nacional. Entender porque o mito da “brasilidade” deu-se da forma economicista atual, requer apropriação de memória cultural, determinante da política e sociedade contemporânea e futura. Esse preceito é um elemento fundamental para mudar o “DNA simbólico e cultural”, como destacado pelo autor, e superar a aversão ao conflito que dita todos os mitos adjacentes à “passividade tipicamente brasileira”, cerne da “identidade nacional” (SOUZA, 2011).

A ausência de um “mito nacional”, de algo que constitua um sentimento compartilhado de solidariedade nacional, acarreta diversos conflitos. Como exemplo, o autor cita a rivalidade entre muçulmanos sunitas e xiitas, que por sobrepujar esse sentimento coletivo, acarreta em guerras civis. Esse fato, comprova a demanda cultural de se construir um mito, e constituir uma nação propriamente dita. Esse processo de “aprendizado coletivo” implica considerar interesses que transcendam a individualidade. O “ser cidadão” significa sentir-se pertencido a uma comunidade maior, na perspectiva da “catarse” com a identidade nacional, com o “ser brasileiro”, em sentido cognitivo e moral. Este último, implicitamente, preconiza o modo como os indivíduos e grupos sociais se percebem e se jugam mutuamente, que segundo o autor, caracteriza uma “hierarquia moral”. Tal aspecto é parte de todo um “arsenal simbólico”, ou seja, um conjunto de imagens e ideias poderosas o bastante para contrapor obstáculos “internos”, como as lealdades locais, e obstáculos “externos”, como os mitos de outros países. Nesse sentido, Souza (2011) sublinha a comparação com o “todo-poderoso” Estados Unidos, cuja balança pesa mais no lado das diferenças do que das semelhanças.

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

Destarte, a construção do mito nacional deve impreterivelmente levar à construção da “identidade nacional”, e assim sendo, o comunitário deve fundir-se ao pessoal. Desse modo, essa identidade nacional concebe a própria identidade individual. O mito nacional, conforme discorrido pelo autor, é incorporado por cada cidadão, e imuniza-se à crítica racional. No caso brasileiro, a imprescindibilidade de tal mito tornou-se realidade com a independência, em 1822, que demandou a construção dessa identidade não em termos de privilégio, mas regra de sobrevivência, do ponto de vista material e simbólico. A tarefa de encontrar aspectos positivos da sociedade foi para literatos e artistas, que encontraram na natureza brasileira um motivo de orgulho. Nesse ponto, Souza (2011) exemplifica com o hino nacional, a grandeza de um “país do futuro”, “deitado em berço esplêndido”, esperando para ser acordado e cumprir o seu destino. Contudo, a natureza não foi suficiente, pois são os cidadãos os sujeitos da história capazes de construir a identidade de um país.

Souza (2011) ressalta a “virada culturalista” de Gilberto Freyre, que apesar de não se desvincular completamente do pensamento racial dominante – que entendia o mestiço como síntese do que havia de pior tanto no branco quanto no negro –, é o primeiro a descortinar a “cultura” em sobreposição à “raça”, que seria um processo histórico de entrelaçamento de hábitos, fundamento singular da sociedade e cultura brasileiras. A tese defendida por Freyre, que encontra orgulho no “ser mestiço”, inspirou a unidade do povo brasileiro. Esse discurso foi o subsídio que a elite reformadora carecia para estabelecer um estado conservador, no qual o paradigma da “índole pacífica do povo brasileiro” e a resistência à crítica, à explicitação de conflitos e às diferenças, se impõe diariamente. Essa seria a gênese do “DNA simbólico” brasileiro que sobrepõe a economia em detrimento das coisas imateriais, como as ideias e os valores.

2. A TRADIÇÃO SOCIOLÓGICA E O ECONOMICISMO

A constituição da brasilidade, que encontra em Gilberto Freyre a possibilidade da inversão do problema da identidade nacional ao inverter a conotação social dos “termos” mestiços que a compunham, mantendo, todavia, seu grande elemento constitutivo, a raça; é o que Souza (2011) chama de “inversão espetacular”. Entretanto, o grande

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

“sistematizador” das ciências sociais é Sérgio Buarque de Holanda, que por meio de seu paternalismo/patrimonialismo, constrói o “homem cordial”, levado pelos sentimentos, moldado pela família, em contraposição ao racionalismo da esfera política e econômica. É esse o discurso que domina até hoje a ciência e, por conseguinte, a vida social.

A credibilidade dessa perspectiva reside na possibilidade de pensar-nos “criticamente” como vítimas de “mal de origem”, cuja consequência é a criação do que o autor denomina “teoria emocional da ação social”, ou seja, os conceitos que explicam porque os indivíduos se comportam do modo como se comportam. Cabe salientar, neste ponto, que a perpetuação dessa “mesma tradição de pensamento” pretende equivocadamente explicar a desigualdade. No entanto, o preconceito apenas se reinventa, ora as sociedades centrais se julgam “racisticamente” superiores, ora “culturalmente” superiores, em virtude, precisamente, da dicotomia homem racional *versus* homem cordial. Portanto, os mitos de Freyre e Buarque apenas reforçam o senso comum a partir da sentimentalidade e da emoção, generalizadas a sociedades inteiras, e carimbadas com o prestígio da ciência moderna (SOUZA, 2011).

Neste ponto, a “teoria emocional da ação” observada pelo autor fornece as bases para a ambígua “identidade nacional” de sociedades que construíram essa identidade em oposição à estadunidense, como a brasileira, criando um contexto em que a crítica, qualquer que seja, torna-se muito difícil por levar ao conflito. A atualização dessa tradição encontra em Roberto DaMatta novo fundo, igualmente conservador, com a ideia de associar a noção de “pessoa”, detentora de “capital social de relações pessoais”, à noção de “indivíduo”, sem acesso ao referido capital. Análise, que de acordo com Souza (2011), apenas adapta o personalismo à sociedade que vivia um processo de modernização.

O efeito é a crença no progresso econômico como resolução de todos os problemas sociais. Mas apesar de o Brasil ter se tornado a oitava economia no globo entre 1930 e 1980, segue enfrentando altíssimos níveis de pobreza, fruto da má repartição da riqueza e do poder social. Uma razão para isso é a tradição sociológica que subjetiviza uma realidade complexa para iludir o leigo, dando-lhe a oportunidade de culpar a outros pelos problemas sociais, mas nunca a si mesmo. Pode-se inferir, desse modo, que “pseudociência” produz

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

“pseudocrítica”, ao esclarecer a má repartição do poder social e distorcer sistematicamente a realidade (SOUZA, 2011).

Outro teórico que reforça essa perspectiva patrimonialista é Alberto Carlos Almeida com a “teoria da modernização” americana como embasamento para explicar a oposição entre sociedade “moderna”, que para ele seria a estadunidense, e sociedade “tradicional”, que seria a brasileira. Essa separação entre cultura “cívica” e “não cívica”, não reflete a gênese dos processos históricos e termina por produzir mais um “culturalismo” fechado em si mesmo. Todos estes aspectos são formas diferentes de chamar o patrimonialismo, ponto central da pseudocrítica liberal do Brasil moderno (SOUZA, 2011).

Então, a “idealização do mercado” e a “demonização do Estado” são entendidos como processos de aprendizado social materializados e relativamente autônomos. Essa estratégia liberal naturaliza as diferenças entre as classes e destitui o Estado, mesmo que ideologicamente, de sua importância transferindo-a ao mercado, ao ponto de poder-se falar, em determinadas situações, como suscita Laura Mota (2007), “de sequestro do Estado por segmentos econômicos”. Sequestro esse consentido à sombra do discurso da “globalização”, uma retórica usada como meio de justificação da submissão dos governos aos mercados financeiros:

A desindustrialização, o crescimento das desigualdades e a contradição das políticas sociais, longe de serem a consequência fatal do crescimento das trocas externas, como habitualmente se diz, resultam de decisões de política interna que refletem a mudança das relações de classe a favor dos proprietários do capital (BOURDIEU; WACQUANT, 2013, p. 86).

Neste cenário, as conquistas sociais tornam-se empecilhos à ordem estabelecida. Uma vez que o economicismo ignora a dimensão social, valora em contrapartida o “mérito”, que apenas legitima os privilégios. Mas os “valores imateriais” também correspondem à divisão das classes. Essa concepção é a causa de todas as ilusões sobre a desigualdade, e a “ralé estrutural”, apesar de dispor das mesmas habilidades, não encontra espaço na sociedade (SOUZA, 2011).

O resultado é uma repartição social claramente definida na qual apenas a elite e a classe média conseguem manter seu “status” e a manutenção dessa ordem social liberal,

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

através do “poder simbólico”, que, na percepção Bourdieu (1989, p. 7-8), é um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”. Ou seja, uma construção histórico-social feita por símbolos de “integração social” que, através do senso comum, institui uma ordem moral a ser seguida por toda a sociedade.

Assim, a classe média utiliza-se dessas ideologias para assegurar o poder de sua cultura sobre a “ralé”, com elementos que unem para haver a cumplicidade, e elementos que separam para legitimar a distância entre as classes sociais. Forma-se, uma hierarquia na qual a acumulação dos poderes material e simbólico tornam-se instrumentos cuja função política é assegurar a “violência simbólica” e reforçar sua força diante dos dominados (BOURDIEU, 1989).

Os filhos da classe média tem acesso a toda uma gama de valores simbólicos cultivados no seio familiar, e são formados vencedores desde cedo. Esse capital cultural possibilita a manutenção dos privilégios de sua classe. Enquanto isso, a “ralé estrutural”, que nem sempre é compreendida “enquanto classe”, é reduzida a energia muscular, e tem seu tempo apropriado roubado pelas classes média e alta. Eternizam-se, assim, sua exploração, negados os mesmos estímulos afetivos e direitos para sair dessa condição. Isso constitui, para Souza (2013, p. 61), “a luta de classes no cotidiano de todos nós, no qual ele opera de modo velado, naturalizado em práticas sociais sem discurso e sem articulação, consciente, e, por isso mesmo, muito mais eficaz socialmente.”

A ralé é induzida a ver-se como inferior para que seja possível a sua dominação. Passa por um processo de guetificação, criminalização e fragilização, conforme apontam Alberto Bialakowsky *et al.* (2007), e traduz-se no desemprego e perda de direitos que resultam no empobrecimento. O sistema capitalista esconde essas pessoas da prosperidade dos grandes centros urbanos sendo confinadas em: “favelas em Ríó de Janeiro, callampas em Santiago de Chile, jacales em México, barrios em Caracas y barriadas em Lima, villas miseria em Buenos Aires y cantegriles em Montevideo” (GALEANO, 2004, p. 322). A riqueza gerada por esses países não se estende à toda população, mas pelo contrário, aprofunda as mazelas existentes com a concentração de renda pelas classes privilegiadas.

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

3. PRÁTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E VALORIZAÇÃO DO “CAPITAL CULTURAL”

Minimizar essas desigualdades significa tornar-se agente de apropriação histórica e cultural. Mas como revolucionar e abrir os olhos para as coisas imateriais, as responsáveis pela constituição individual e coletiva? Cabe realçar, diante disso, a importância das práticas de inclusão social. Será analisado, para esse fim, um estudo de caso com o objetivo de demonstrar que a “alfabetização informacional” é um elemento fundamental para que as comunidades, sobretudo as mais carentes, tenham acesso a “capital cultural” e melhores condições econômicas.

Práticas sociais, antes de mais nada, devem ser pensadas no contexto da sociedade da informação, resultante do desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, que modificou a relação dos indivíduos com os meios e suportes informacionais. Segundo Vergueiro (2017), o aumento de publicações ocasionado pela internet é caracterizado pela imensurabilidade, desorganização, descontrole e a maior dificuldade de identificação e recuperação, tornando mais difícil identificar informações relevantes e aferir o grau de confiabilidade. Os mecanismos criados para reverter essas dificuldades são as “bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação etc.”, cujo trabalho é “retirar” desse volume de informações as que serão úteis aos usuários (VERGUEIRO, 2017).

Nesse sentido, a biblioteca precisou se reinventar assumindo papéis diferenciados, tais como: biblioteca para jovens, centro de aprendizado contínuo da vizinhança, biblioteca temática, biblioteca móvel, biblioteca on-line etc.; cada qual com seus objetivos e atendendo às demandas de seus públicos, com novos meios de se pensar, usar e tratar a informação, fato que exige uma “postura diferenciada de instituições e profissionais.” (VERGUEIRO, 2017).

Essa postura é senão o compromisso de disponibilizar o acesso à informação útil e democratizá-la, pois, como visto, é somente com a aquisição de capital cultural que o indivíduo pode adquirir a capacidade de empoderamento: “O papel social e educacional do bibliotecário que promove a competência em informação torna-se a chave ao

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

desenvolvimento socioeconômico sustentado porque está diretamente ligado à inclusão social.” (DUDZIAK, 2007).

Então, como ressaltam Romeiro e Spudeit (2018) é necessário qualificar as pessoas quanto ao uso da informação desde o início de sua formação, na educação básica. As autoras realçam os quatro pilares da educação estabelecidos no Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos/aprender a viver com os outros e aprender a ser. Sublinham, então, que o aprender a conhecer e o aprender a fazer são preconizados na escola, portanto, “é preciso que se desenvolvam competências para a promoção do aprendizado libertário” (ROMEIRO; SPUDEIT, 2018).

A competência em informação, aqui entendida como “alfabetização informacional”, compreende o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que o indivíduo deve ter para realizar uma atividade, pois assume como principal característica ser inseparável da ação” (VITORINO; PIANTOLA, 2009 apud ROMEIRO; SPUDEIT, 2018). Ou seja, o usuário deve ser capaz de identificar sua necessidade de informação, saber como usar as fontes de informação, avaliar os resultados encontrados e usar a informação recuperada, preceitos elencados pela IFLA (2008). Visando desenvolver essas qualidades, as autoras discorrem sobre sua experiência na comunidade Quilombola de Santana (Rio de Janeiro) evidenciando que a Biblioteconomia e a educação são áreas complementares.

O quilombo pode ser entendido como o espaço geográfico onde constituíram-se comunidades refúgio para os negros na época e após a escravidão. A trajetória dessas pessoas foi marcada pela marginalização desde o período colonial, e mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, foram considerados escravos “libertos” mas não cidadãos (SILVA, 1996 apud ROMEIRO; SPUDEIT, 2018). No século XX o movimento negro defende a reparação contra as injustiças vividas, e a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, determina a propriedade definitiva dos quilombos às comunidades que ocupam essas terras (BRASIL, 1988). Em 2003, o Decreto nº 4.887 regulamenta os processos de auto reconhecimento das comunidades quilombolas (BRASIL, 2003). Atualmente, a Fundação Cultural Palmares (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são responsáveis pela

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

certificação das comunidades quilombolas. São aproximadamente 1500 quilombos certificados segundo a Fundação Cultural Palmares. Documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2011), o Programa Brasil Quilombola (2004), entre outros, salientam que a educação quilombola deve considerar o saber popular, a cultura local e a formação de professores quilombolas para reafirmar a comunidade quilombola (SILVA, 2012 apud ROMEIRO; SPUDEIT, 2018).

A comunidade quilombola de Santana foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2000. Predominantemente formada por adultos, vivem com os recursos da terra, não têm sistema de esgoto, possuem baixa escolaridade, a renda média por família é de 500 reais e 80% recebem algum subsídio do governo (SOUSA *et al.*, 2013 apud ROMEIRO; SPUDEIT, 2018). Há uma pequena escola com 36 alunos de estrutura precária e organizada por classes multisseriadas, com alunos de diferentes níveis em uma mesma sala. O Núcleo Intra-Transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura (NIESC) começou a trabalhar com a escola em 2009 no desenvolvimento de projetos para melhorar a qualidade do ensino, sob coordenação da professora Maria Amália Reis, são eles: Projeto Jongo/discente Thiago Coqueiro (Pedagogia) – trabalhar a história do jongo e da dança como identidade cultural. Projeto Horta Comunitária/discente Clara Vignoli (Biologia) – implementação de horta em prol da sustentabilidade. Projeto de Competência em Informação/discente Nathália Romeiro (Biblioteconomia) – fontes de informação para professores sobre os quilombos e competência em informação para os alunos.

De início, o corpo docente participou de um seminário sobre a história dos quilombos, da comunidade Quilombola de Santana, legislação pertinente, agroecologia e competência em informação. Esta última, dialogando com os preceitos da sociedade da informação, objetivou ajudar os professores a montar um plano político-pedagógico usando diversas fontes de informação no ambiente digital. Os professores adaptaram as fontes ao conteúdo programático, e trabalharam com Zumbi dos Palmares, reforçando a identidade quilombola e incentivando o debate e manifestações culturais, de modo que os alunos representaram uma peça de teatro sobre o tema.

O projeto informacional com os alunos foi realizado através de oficina intencionando ampliar o acesso à informação de que dispunham e dar-lhes autonomia:

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

[...] Sendo assim, o objetivo do projeto foi trabalhar como forma de letramento as informações sobre a comunidade a respeito de sua história, sua relação com o ambiente, a valorização dos saberes populares da comunidade e o reconhecimento dos direitos a fim de reforçar a identidade quilombola (ROMEIRO; SPUDEIT, 2018, p. 258).

Os alunos realizaram diversas atividades como debates, passeios, contação de histórias, mapeamento das nascentes, entre outros, já que a escola não possuía sala de leitura, livros didáticos ou computadores.

Todas as atividades estavam em consonância com o projeto político-pedagógico da escola e contou com a participação de toda a comunidade, não apenas os alunos. As atividades focaram a elevação da autoestima e afirmação da identidade quilombola. Os resultados possibilitaram a integração da comunidade; antes, 85% se declaravam quilombolas e após a experiência, esse número subiu para 99%. Segundo as autoras, tais resultados retificam a importância de buscar alternativas para ampliar o acesso à informação e promover a alfabetização. O projeto ocorreu entre 2011 e 2013.

Percebe-se que projetos como o mencionado desenvolvem o senso crítico e viabilizam a aquisição de capital cultural, na medida em que a comunidade reconhece sua identidade e adquire a habilidade de mediar, em certa medida, as próprias necessidades informacionais. Esse caso converge com o conceito de biblioteca-ação cultural, cujo objetivo é a interação com o não-público e a dialética entre criação e mediação cultural, de acordo com Flusser (1980). Este não-público, é senão a “ralé” de Souza (2011), e para que estes não sigam sendo marginalizados e esquecidos, é imprescindível que a Biblioteca Pública e os demais espaços públicos, voltem-se para essas pessoas por muito esquecidas pelas políticas públicas, como os quilombolas da comunidade de Santana.

Para dar a palavra a públicos marginalizados, a biblioteca/instituição deve transformar sua estrutura tradicional, e falar a mesma “língua” que a sua comunidade, e apenas dessa maneira o fosso cultural será superado. Um espaço verdadeiramente público encontra as pessoas onde estão e realiza uma pesquisa junto delas, experimenta métodos e cria uma linguagem comum, mediando e reencontrando a sua prática primeira de ser um “depósito de herança cultural” (FLUSSER, 1980). Essa criticidade é senão a ação cultural e prática aplicadas na realidade da comunidade na qual está inserida.

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

Estes espaços de ação cultural devem desenvolver atividades e projetos que incentivem a dimensão criativa e a aquisição da memória comunitária, reinventando os processos sociais que servirão de insumo à emergência socioeconômica, empoderamento social e logo, libertação do círculo vicioso da desigualdade e da pobreza. Para isso, naturalmente são necessários investimentos nessas áreas, com políticas de livro e leitura, iniciativas de órgãos federais ligados à cultura e à educação, treinamento e valorização de profissionais, garantia dos direitos sociais e do acesso às instituições, principalmente às comunidades mais isoladas geograficamente, entre uma série de medidas de responsabilidade governamental e social. Para tanto, as reflexões conduzidas pelos autores aqui reunidos apresentam um referencial teórico e embasamento para se pensar e discutir a implementação efetiva dessas políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira tem a impressão de que conhece suas desigualdades sociais e políticas, e atribui ao tempo a responsabilidade pelo seu presente marcado por tais desigualdades. Entretanto, vimos que essas impressões constituem um tipo de “violência simbólica”, cuja consequência é a naturalização de atitudes cotidianas que se apoiam no economicismo para manter a dominação de uma classe social sobre as outras, e são legitimadas pela “cientificidade” da tradição sociológica brasileira.

O economicismo, além de criar essa distância entre os grupos sociais, sustenta a crença no progresso econômico como resolução de todos os problemas. Porém, Estado e mercado possuem características boas e ruins, podendo atuar tanto na correção de desigualdades sociais, quanto no aprofundamento das mesmas. O que vivemos atualmente é um “hipereconomicismo” que por se apresentar como “crítica social” firma um novo “contrato social”, no qual as injustiças são naturalizadas e banalizadas, conforme assinala Souza (2011).

É imprescindível, portanto, pensar em maneiras de romper com a norma imposta pelo poder simbólico e atuar na dissolução da dualidade público efetivo *versus* não-público, disseminando os valores imateriais dos quais carece a “ralé”. Assim, práticas de inclusão

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

social devem ser discutidas à luz das teorias aqui levantadas com o objetivo de criar espaços de democratização e socialização, de modo a minimizar as desigualdades e construir uma sociedade mais equitativa social e economicamente. A comunidade Quilombola de Santana é um exemplo de prática social que contribuiu para a aquisição de capital cultural e a longo prazo poderá refletir na melhoria da condição econômica da comunidade em questão. Iniciativas como essa são indispensáveis à inclusão social de grupos historicamente excluídos e constituem estratégias eficazes para minimizar desigualdades socioeconômicas, sem desprezar as mudanças trazidas pela sociedade da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIALAKOWSKY, Alberto L. et al (2007). Práticas governamentais na regulamentação de populações extinguíveis. Em: CIMADAMORE, Alberto D; CATTANI, Antonio David (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, p. 151-194. Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/02cat.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.
- BOURDIEU, P. (1989). Sobre o poder simbólico. Em: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, cap. 1, p. 7-16.
- BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. (2013). O imperialismo da Razão Neoliberal. *Revista Sociologia em Rede*, Goiás, v. 3, n. 3, p. 82-87. Recuperado de <http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/8bourdieu3/18>. Acesso em: 06 out. 2018.
- DÍAZ, L. M. (2007). Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. Em: CIMADAMORE, Alberto D; CATTANI, Antonio David (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, p. 125-150. Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/02cat.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.
- DUDZIAK, E. A. (2007). O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. *PontodeAcesso*, Bahia, v.1, n.1, p. 88-98, jun. Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396>. Acesso em: 06 out. 2018.

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com

- FLUSSER, V. (1980). Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 9, n. 2, p. 131-138. Recuperado de <http://www.brapci.inf.br/v/a/2888>. Acesso em: 06 out. 2018.
- GALEANO, E. (2004). La marginación de los hombres y las regiones. En: *Las venas abiertas de América Latina*. Coyoacán: siglo xxi editores, s.a. de c.v., p. 320-325. Recuperado de https://static.telesurtv.net/filesOnRFS/news/2015/04/13/las_venas_abiertas_de_america_latina.pdf. Acesso em: 06 out. 2018.
- ROMEIRO, N. L. & SPUDEIT, D. (2018). Desenvolvimento da competência em informação em comunidades quilombolas. Em: *Biblioteconomia Social: Epistemologia transgressora para o século XXI*. São Paulo: ABECIN Editora, cap. 11, p. 237-276.
- SOUZA, J. (2013). A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, p. 55-68.
- SOUZA, J. (2011). A construção do mito da “brasilidade”. Em: *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Cap.1. p. 29-39.
- SOUZA, J. (2011). A tese do patrimonialismo: a demonização do estado corrupto e a divinização do mercado como reino da virtude. Em: *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Cap.4. p.74-88.
- SOUZA, J. (2011). Como o senso comum e a “brasilidade” se tornam ciência conservadora?. Em: *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Cap.3. p. 49-72.
- SOUZA, J. (2011). Introdução. Em: *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 15-26.
- VERGUEIRO, W. (2017). Desenvolvimento, gerenciamento ou gestão de coleções: uma tarefa cada vez mais necessária. In: MELLO, J.; ALMEIDA, J. F. V. R. *Gestão de coleções em unidades de informacionais*. Natal: Editoraifrn, p. 39-74. Recuperado de <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1509/GEST%C3%83O%20DE%20COLE%C3%87%C3%95ES%20-%20EBOOK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 set. 2018.

1 Parte de reflexões realizadas na disciplina Biblioteconomia e Sociedade Brasileira, ministrada no segundo semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no Curso de Graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília – UnB.

2 Ana Karolina Alves Amorim é aluna regular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília - UnB. E-mail: anakarolinabsb2@gmail.com